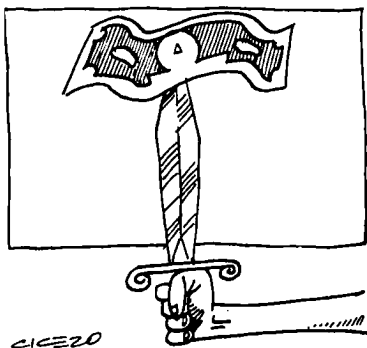


Governo quer cobrar créditos de CR\$ 20 bi

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, defendeu ontem a contratação de advogados privados para executarem a cobrança de créditos da União, estimados em até 20 bilhões de dólares. A proposta foi discutida ontem durante debates na Comissão de Ajuste Fiscal e recebeu o apoio dos parlamentares, que estimularam o ministro a encaminhar um projeto de lei ou até mesmo uma medida provisória terceirizando a cobrança das dívidas com a União. "Não mandei o projeto agora porque o Congresso já rejeitou uma proposta neste sentido", disse Cardoso.

O ministro Cardoso disse que atualmente a cobrança destes débitos é "praticamente impossível", porque a Advocacia Geral da União dispõe de apenas seis advogados. Outros 150 foram cedidos à Procuradoria Geral da República. "Por distorções da legislação brasileira, os advogados puderam optar onde trabalhar e preferiram a Procuradoria Geral da República, por motivos de estímulo profissional e por receberem salário maior", disse o ministro.

O ministro explicou que a contratação de advogados privados não pode ser feita por medida provisória. "Os juristas alegam que esta decisão tem que ser discutida por projeto de lei", disse. Reconheceu, no entanto, que esta é a única alternativa para o recebimento das dívidas. O deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) defendeu que o



Governo analise a possibilidade de quebrar o sigilo bancário dos sonegadores.

"É preciso que a Nação saiba quem não paga imposto", disse Mercadante, que se aliou ao deputado Elisio Curvo na defesa da cobrança das dívidas da União. Segundo Mercadante, cerca de 90 por cento da dívida ativa inscrita da União (dez bilhões de dólares) está concentrada em quatro por cento do número de processos, que estão paralisados na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Outros dez bilhões de dólares integram a dívida não-inscrita (ainda em processo de apuração pela Procuradoria).

Os parlamentares também insistiram para que o ministro Cardoso explicasse porque decidiu parcelar em até 80 vezes a dívida dos empresários que não pagaram a Cofins. Por várias vezes, Cardoso repetiu que o parcelamento do débito foi necessário porque, caso contrário, as empresas poderiam enfrentar sérios problemas financeiros e continuar inadimplentes.

"A Receita Federal fez os cálculos e seria necessário cobrar o correspondente a 36 por cento do faturamento das empresas. E aí todo mundo quebra", disse o ministro.